



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

**JAQUELINE ALEXANDRE SILVA**

**OS CAMINHOS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: AS  
ABORDAGENS DA FONÉTICA E DA FONOLOGIA NO LIVRO DIDÁTICO DO 7º  
ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**CAJAZEIRAS - PB**

**2017**

**JAQUELINE ALEXANDRE SILVA**

**OS CAMINHOS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: AS  
ABORDAGENS DA FONÉTICA E DA FONOLOGIA NO LIVRO DIDÁTICO DO 7º  
ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Letras – Licenciatura em Língua  
Portuguesa, da Unidade Acadêmica de  
Letras do Centro de Formação de  
Professores da Universidade Federal  
de Campina Grande.**

**Orientador: Prof. Esp. Abdoral Inácio  
da Silva**

**CAJAZEIRAS - PB**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764  
Cajazeiras - Paraíba

- S586c Silva, Jaqueline Alexandre.  
Os caminhos do ensino da língua portuguesa no Brasil: as abordagens da fonética e da fonologia no livro didático do 7º ano do ensino fundamental / Jaqueline Alexandre Silva. - Cajazeiras, 2017.  
38f.  
Bibliografia.
- Orientador: Prof. Esp. Abdoral Inácio da Silva.  
Monografia (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) UFCG/CFP, 2017.
1. Fonética. 2. Fonologia. 3. Língua portuguesa - ensino. 4. Livro didático. I. Silva, Abdoral Inácio da. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

**JAQUELINE ALEXANDRE SILVA**


**OS CAMINHOS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: AS  
ABORDAGENS DA FONÉTICA E DA FONOLOGIA NO LIVRO DIDÁTICO DO 7º  
ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**


**Monografia apresentada ao Curso de  
Letras – Licenciatura em Língua  
Portuguesa, da Unidade Acadêmica de  
Letras do Centro de Formação de  
Professores da Universidade Federal  
de Campina Grande.**

Aprovado em: 13/05/2017

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Esp. Abdoral Inácio da Silva (Orientador)**  
**Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)**

  
\_\_\_\_\_  
**Profa. Dr.ª Hérica Paiva Pereira (Membro)**  
**Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa (Membro)**  
**Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)**

**Dedico à minha família, ao meu professor Abdoral, e aos amigos em que sempre me incentivaram, encorajaram para a efetivação deste trabalho.**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me dado saúde e força para superar os obstáculos e as dificuldades até aqui encontradas.

Ao meu orientado Abdoral, pelo suporte, pela confiança em mim depositada, pelas palavras de incentivo .

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Sem vocês eu nada seria!

À minha irmã Ivânia que mesmo distante sempre me deu forças e apoio para conseguir esse mérito.

Aos meus irmãos que sempre que precisei estiveram ali presentes.

Ao meu namorado Justino que com muito carinho e apoio não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

À minha amiga e colega de sala Francidalva Leonardo que sempre me incentivou apoiou e me ajudou a chegar até aqui.

A todos vocês meu muito obrigada.

**“Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos”.**

**(Friedrich Nietzsche)**

## RESUMO

A língua portuguesa no Brasil vem tomando diferentes aspectos, formas, frutos de mudanças históricas e sociais, pois a língua é uma “coisa” viva em constante transformação. Pensando nas convenções que a língua portuguesa tem intermediado historicamente para a fala do indivíduo, convenções vistas nos materiais didáticos, como o livro didático, por exemplo; este trabalho tem como objetivo analisar o conteúdo de fonética e fonologia do livro didático de L.P do 7º ano do ensino fundamental, dos autores Willian Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães. Tal abordagem possui uma imensa importância para nós enquanto professores da língua materna, porque nos permite conhecer melhor como estão sendo abordados determinados conteúdos no Livro didático. Para verificar essas questões, optou-se pela revisão bibliográfica sobre o tema, tomando como base elementar os pressupostos teóricos de autores, como: BIDERMAN (2002), OLIVEIRA (1999), TEYSSIER (2007). Como resultado desta pesquisa, foi possível compreender que a evolução histórica da língua emprega hoje novas possibilidades de abordagem, de compreensão e de uso, considerando muitos aspectos, particularidades, tais como regionalismo, o coloquialismo e padrões formais.

**Palavras-chave:** Latim. Língua Portuguesa. Fonética Fonologia. Livro Didático.



## ABSTRACT

The Portuguese language in Brazil has been taking different aspects, forms, fruits of historical and social changes, since language is a living thing in constant transformation. Thinking about the conventions that the Portuguese language has historically intermediated for the speech of the individual, conventions seen in didactic materials, such as the textbook, for example; this work aims to analyze the phonetic and phonological content of the didactic book of L.P of the 7th year of elementary school, by the authors Willian Roberto Cereja and TherezaCocharMagalhães. Such an approach is of immense importance to us as teachers of the mother tongue, because it allows us to better understand how certain contents are approached in the textbook. In order to verify these questions, we opted for the bibliographical revision on the subject, taking as basic basis the theoretical presuppositions of authors, such as: BIDERMAN (2002), OLIVEIRA (1999), TEYSSIER (200). As a result of this research, it was possible to understand that the historical evolution of the language now employs new possibilities of approach, understanding and use, considering many aspects, particularities such as regionalism, colloquialism and formal patterns.

**Keywords:** Latin. Portuguese language. Phonetics Phonology. Textbook.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 A CIVILIZAÇÃO ROMANA E SUA INFLUÊNCIA LINGUÍSTICA</b> .....	<b>13</b>
1.2 A EXPANSÃO IMPERIALISTA DE ROMA .....	14
1.3 A EDUCAÇÃO ENTRE OS ROMANOS .....	16
1.4 O LEGADO ROMANO PARA A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA .....	19
<b>2 A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL</b> .....	<b>23</b>
2.1 PERCURSO HISTÓRICO .....	23
2.2 DO BRASIL INDEPENDENTE AO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....	26
2.3 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL.....	25
<b>3 AS CONVEÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA NO LIVRO DIDÁTICO</b> .....	<b>31</b>
3.1 ASPECTOS RELEVANTES .....	33
3.1.1 Discussão .....	35
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>38</b>

## INTRODUÇÃO

A Língua Portuguesa tem passado por diferentes fases e por um longo processo histórico que explica muitos fenômenos que até hoje presenciamos no uso da língua. É uma longa história que vem desde os tempos em que os romanos começaram o processo de conquista, ampliando as fronteiras, o império romano era de fato muito grande. Com todas as suas conquistas territoriais, levavam consigo hábitos de vida, instituições, cultura e, especialmente, a língua, o latim.

No Brasil, esse processo se deu através da colonização com a chegada dos portugueses ao Brasil até a formulação da língua nacional do Brasil, no ano de 1826. Inicialmente, no período colonial o contexto linguístico do Brasil era bem diversificado, pois havia uma mistura na formação da língua, além da língua portuguesa existiam as línguas indígenas, as línguas gerais e a língua holandesa. Tal fenômeno, deu origem a uma heterogeneidade linguística.

Nesse sentido, a língua portuguesa no Brasil vem tomando diferentes aspectos, formas, fruto de mudanças históricas e sociais, pois a língua é uma “coisa” viva em constante transformação.

De tal modo, a produção do conhecimento através dos livros didáticos de língua portuguesa têm a cada dia evoluído, no sentido de buscar uma melhor forma e mais moderna de adequação do conteúdo linguístico as reais necessidades dos alunos. Neste trabalho, temos como objetivo analisar o conteúdo de fonética e fonologia do livro didático de L.P do 7º ano do ensino fundamental. Para tanto, traçamos alguns objetivos específicos, tais como: explanar os principais pontos da história da Roma antiga; verificar como o Latim influenciou na formação da L.P; fazer a relação dessas influências com os fatos históricos que marcam a nossa língua até hoje e conhecer o atual quadro do ensino de língua portuguesa.

Além de uma imensa importância na abordagem desse assunto, há uma necessidade para nós enquanto professores da língua materna, porque nos permite conhecer melhor como estão sendo abordados determinados conteúdos no Livro didático. Será que a abordagem da fonética está recebendo o valor histórico que possui? O ensino da língua portuguesa, no geral, tem despertado no aluno o interesse pela compressão sobre o uso de sua própria fala?

Para verificar essas questões, optou-se pela revisão bibliográfica sobre o tema, uma vez entendido que a revisão bibliográfica tem papel fundamental, pois reporta e sistematiza o conhecimento produzido por outras pesquisas, ao tempo que indica possibilidades de abordagens futuras. Assim, a metodologia utilizada está baseada em um método indutivo, tomando como base elementar os pressupostos teóricos de autores, como: : BIDERMAN (2002), OLIVEIRA (1999), TEYSSIER (2007).

Com a realização deste trabalho pretende-se chegar a uma conclusão ou várias conclusões acerca da história da língua portuguesa e sua influência no conteúdo da fonética e fonologia, assuntos abordados no livro didático do 7º ano (nosso objeto de estudo); quiçá, nunca termina-las pela invencível movimentação da língua no meio social. No entanto, algumas considerações poderão ser tomadas após a leitura deste trabalho, é o que se espera e é o que se apresenta a seguir.

## 1 A CIVILIZAÇÃO ROMANA E SUA INFLUÊNCIA LINGUÍSTICA

Entender que nossa vida está entrelaçada à vida de nossos antepassados, e que essa descoberta só é possível através de registros, faz de nós eternos aprendizes interessados na cultura e na história de um povo. Toda via, um lugar de honra é dado a Roma, que tanta cultura soube emprestar às futuras gerações.

Roma, atual capital da Itália, está situada na parte central da Península Itálica, esta cidade foi fundada em meados do século VIII a. C por Rômulo, um dos gêmeos da princesa Reia Silva, e do deus Marte. Cabe salientar que Rômulo faz referência a uma das figuras do mito dos irmãos gêmeos Rômulo e Remo. A história de Roma está dividida em três grandes fases, sob três regimes de governo: monárquico, republicano e imperial.

Roma passou por grandes transformações, política, social e religiosa. Na luta contra povos inimigos e, através de suas conquistas, Roma expandiu seu território e difundiu sua cultura e civilização a outros povos, nela amadureceu o forte senso de ordem que foi cunho de seu estado e da sua civilização. Através de sua história, sentimos ainda hoje sua herança bem viva e influente na nossa civilização por meio de seu legado, quer na língua, quer no direito, quer nos costumes, quer na religião, quer em muitos outros aspectos da nossa civilização.

Tendo em vista que o passado romano é bem representativo na sociedade atual, não só pelo seu legado, mas por aquilo que os romanos foram, um povo essencialmente camponês, dedicado ao trabalho e a família, conscientes de seus deveres religiosos e políticos; em suma, disciplinado e patriota. Herdou de seus pioneiros ancestrais, o respeito pela força e pela disciplina. Tinham deveres e lealdade com os deuses, com o Estado e com a família. Assim, um capítulo especial da história de Roma diz respeito à família que é parte integrante da trama social vivida naquela civilização.

Ancorado em tal pensamento, este capítulo tem como objetivo fazer uma sondagem histórica sobre a influência do império romano para a formação da língua portuguesa, partindo de uma análise que relacione *família e educação*, buscando entender a visão da sociedade perante o papel dos membros que compõem a família e a educação entre os romanos.

## 1.2 A EXPANSÃO IMPERIALISTA DE ROMA

A expansão de Roma foi a soma de uma necessidade e um desejo. Como podemos explicar isso? Simples, o desejo era motivado pelo sentimento de superioridade em relação aos demais territórios, somando-se a necessidade de aumentar a população que com o aumento tido, expandia a conquista de novas terras e novas oportunidades.

Depois de dominar toda a Península Itálica, os romanos conquistaram outros territórios, pois tinham um exército preparado e muitos recursos. Além disso, o aumento do poder aumentava a ambição da conquista. De acordo com Cadeira (*online, s/p*):

Júlio César, governante romano que queria ser um grande conquistador e que cuja ambição o levou a morte, chegou a construir uma enorme ponte para cruzar o rio Remo e assim explorar a Gália. Tal ponte tinha resistência para a passagem de quarenta mil soldados e foi feita em apenas dez dias. Isso mostra como os romanos tinham condições favoráveis de dominação e à medida em que se expandiam, iam impondo sua cultura, seus valores e inclusive sua língua sobre os povos dominados. Dessa forma, esses povos, ao assimilarem a influência dos conquistadores foram romanizados, ou seja, tiveram que deixar seus valores para adotar os dos romanos.

Nesse sentido, além de valores essenciais a cada povo, a língua era um dos instrumentos mais alterados com esse processo. Assim, a relação entre a expansão territorial e linguística se deu através do processo de romanização pelas várias invasões e guerras desencadeadas por Roma a outros povos, fazendo com que o seu exército crescesse com a soma dos povos vencidos tanto em quantidade, como em educação, cultura e na forma de organização política.

Com o seu crescimento, Roma torna-se um Império, e é através deste que a língua latina desempenha grande influência na conquista e domínio de outras regiões, não por imposição, mas os povos vencidos assimilavam-na como privilégio de poder usar a língua daquele exército vitorioso, passando a comunicar-se também por meio dela e a participar do exército romano.

Os romanos usavam a língua latina como estratégia de poder para dominação dos povos, alcançando em primeiro lugar os governantes e outros de poder aquisitivo maior, depois os menos favorecidos. Assim, as crianças já eram

educadas nessa língua, fazendo com que desde cedo ela fosse fixada nas regiões dominadas por Roma.

No entanto, esse processo chamado de romanização fez com que aos poucos a língua latina sofresse influências de outros idiomas existentes, marcando o início de transformações linguísticas, pois, nas diferentes classes existentes entre a população, havia modalidades diferentes na linguagem, dependendo de vários fatores, como a diferença entre classes sociais, a área geográfica a que pertenciam, ou mesmo a forma escrita ou falada da língua.

Dessa forma, o que era apenas o latim, ganhou outros dois aspectos, o clássico, usado pelos mais favorecidos; e o vulgar (nova norma linguística), usado pelos menos favorecidos, que compunham a grande maioria da população. Foi a partir do latim vulgar, que as línguas românicas surgiram porque era a língua usada no cotidiano das pessoas e a língua que estava ligada diretamente ao Império Romano, que à medida que se expandia, o latim também se alargava, evoluindo entre os povos, acontecendo à miscigenação linguística, quando em contato com outros idiomas.

Pode-se destacar como principais características do Império Romano, a origem da formação de Roma (a aglutinação de povos diferentes); a concentração de poder nas mãos do Imperador, e como vaidade, cada um queria deixar sua marca de governo através de grandes obras; as conquistas e o domínio sobre vários povos; o recurso de uso da língua latina como estratégia de poder. Daí surgirem vários questionamentos sobre o sucesso do poder do Roma, o que impressionou pensadores e historiadores da antiguidade:

Partindo da suposição de que a prosperidade de um Estado depende em parte das qualidades morais dos homens e em parte da excelência de sua Constituição, os filósofos-historiadores gregos atribuíram o êxito a Roma a essas duas causas: as virtudes dos cidadãos e a perfeição da Constituição romana. (ROSTOVTZTZEFF, 1986, p.12).

A união e a disciplina da população romana, assim como uma Constituição sólida são eficazes para o êxito de qualquer Estado, mas para outros isso poderia ser um exagero, não constituindo uma resposta adequada aos questionamentos, pois as causas do sucesso de Roma seriam mais complexas, merecendo um estudo mais profundo.

### 1.3 A EDUCAÇÃO ENTRE OS ROMANOS

A educação em Roma era cuidadosamente iniciada no seio da família, era responsabilidade da mãe e de uma escrava que exercia o papel de pedagoga. O Estado não intervinha na educação dos jovens. Os romanos tinham em vista algumas finalidades na educação dos seus filhos, como o domínio de si e a obediência a toda autoridade, a começar pela autoridade paterna.

Para Giordani (2008), a educação dos romanos era fundamentada nos costumes dos antepassados, os jovens tinham que respeitar como um ideal e como a norma de toda ação e de todo o pensamento, tal era tarefa essencial do educador. Assim, a educação para eles era acima de tudo tradicionalista, visto que os romanos afirmavam suas forças nos seus velhos costumes tanto como nas forças de seus filhos.

A influência do ambiente doméstico era decisiva na educação de uma criança. A família era o meio natural onde deveria crescer e forma-se um ser. O romano era, porém, formado antes de tudo em família pelo papel do pai, mas também da mãe. A mulher em Roma era valorizada *materfamilias* e reconhecida como a mulher do lar e como sujeito que controlava a educação dos seus filhos, com ajuda de pedagogos e mestres. A atuação da mãe sobre a educação dos filhos foi muito importante e deixou grandes marcas, porque muitos desses filhos tornaram-se homens públicos e reconheceram o muito que deviam ao cuidado materno.

Não havia ensino misto em Roma, os meninos recebiam um tipo de educação e as meninas outro. Enquanto que as meninas eram educadas para os afazeres domésticos, casando-se bem cedo, por volta dos 15 anos, os meninos seguiam os passos do pai para se instruírem sobre o segredo da vida pública, na qual, futuramente, deveriam desempenhar papel importante. Apesar das mulheres romanas terem uma educação diferenciada dos homens, isso não significava que elas seriam menos cultas que seus maridos.

Elas dispunham de mais tempo para estudar e aproveitavam-no ao máximo. Muitos comentadores contemporâneos consideravam a mulher romana mais instruída do que os homens; elas provavelmente também gostavam de ostentar seus conhecimentos. (GRANT, 1987, p. 82).



Um dos motivos que explica por que as mulheres romanas serem tão cultas fosse o fato de só lhes ser ministrado o ensino formal até os dez anos, depois elas passavam receber instruções particulares em casa. Tanto os filhos como as filhas das famílias ricas, frequentavam o ensino primário. As meninas depois que concluíam o ensino primário, aos 12 ou 13 anos, iam para casa a fim de receber uma educação especial, enquanto que os meninos seguiam com os estudos.

Três modalidades de ensino definiam a educação em Roma: primário, secundário e superior. No ensino primário, as instruções eram ministradas por um professor, que ensinava a ler, escrever e contar. Uma pessoa que se contentava com pouco pagamento. As lições eram dadas em locais inadequados, em alpendre separados apenas por cortinas e, até ao ar livre. O professor sentava-se na cadeira e os alunos em bancos individuais, e escreviam sobre os joelhos. Os meninos eram levados à escola de manhã cedo, por uma escrava que tinha função de pedagoga, e que desempenhava o papel decisivo na formação do adolescente.

O professor primário era aquela pessoa que tinha iniciado sua carreira pelo magistério primário e por isso, não gozava de uma boa reputação em Roma. Era uma profissão mal paga e de pouca consideração, muitas vezes, o que ganhava não era suficiente para o seu sustento. Os objetivos do ensino primário eram o domínio da língua latina e o aprendizado básico de matemática, por isso, o programa da escola abrangia a leitura, a escrita e aritmética.

A ambição do mestre se limitava a ensinar maquinalmente a seus alunos ler, escrever e contar; e como dispusesse de vários anos para satisfazê-la, não se preocupava em aperfeiçoar seus pobres métodos ou, antes, de rejuvenescer suas sombrias rotinas. (GIORDANI, 2008, p. 173).

Observa-se que o ensino era mecanicista e decorativo, os alunos aprendiam a conhecer as formas das letras, as combinações silábicas e a leitura de palavras isoladas. Os meninos também aprendiam a arte de calcular, faziam cálculos com os dedos e com um pequeno aparelho de calcular chamado ábaco. As formas de disciplinar os alunos na escola eram rígidas e ferozes, os mestres os puniam com palmatória e puxões de orelhas.

O ensino secundário ficava sob a direção de um gramático, que lhes dava aula de gramática grega e latina, de História, Geografia, e Astronomia. As aulas eram ministradas em casa ou em escola pública, mantida por particular. “Os autores

estudados eram Homero, Lívio, Andronico e Ênio. Posteriormente, a partir de Augusto, os autores recomendados passaram a ser Virgílio, Cícero e Salústio.”

Para Giordani (2008), o ambiente em que se ministravam as aulas do ensino secundário era melhor que o da escola primária, as salas eram decoradas com mapas murais e representação esculpida de autores célebres. O salário desses gramáticos era superior à do professor primário, mesmo assim, era bem reduzido. A idade dos alunos que frequentavam esse tipo de ensino variava entre 11 e 16 anos e todos saiam conhecedores do latim e do grego. Quando o jovem romano completava essa fase de ensino secundário, estava pronto para cerimônia que assinalava a sua maior idade.

Cercado pelo pai e pelos amigos da família, o rapaz se dirigia ao fórum, onde sua toga barrada de vermelho era substituída pela toga vírilis de uma só cor, usadas pelos homens. Cortavam-lhe os cabelos no estilo masculino e faziam-lhe a primeira barba. Depois disso, seguia-se o banquete da libertação. O rapaz passava a fazer parte de seu clã e tornava-se ao mesmo tempo cidadão de Roma. (GRIMAL, 1995, p. 82).

O Direito romano distinguia três características de criança e jovens de acordo com a idade: os meninos, os impúberes e os menores de 25 anos. Criança era aquela que não sabia falar, o que nós chamaríamos de bebê. O impúbere, antes da puberdade e estava sob a autoridade do pai ou do tutor. A partir daí até os 25 anos, era quase um adulto. Assim, os meninos livram-se da tutela do pai quando atingiam a puberdade. Ao terminar os estudos os rapazes tornavam-se cidadãos aptos a frequentar o Campo de Marte, aos poucos iniciavam na vida política e no exército, depois direito e arte da oratória.

O ensino superior tinha por objetivo preparar os jovens para a vida pública, mas nem todos conseguiam prosseguir, pois, muitos que terminaram o ensino primário não deram continuidade a seus estudos. A sociedade romana permaneceu aristocrática e os estudos mais aprofundados eram privilégio da elite. Assim, Nóbrega (1962) dá a seguinte definição para o ensino superior:

Compreendia quatro ou cinco anos de estudo profundo de eloquência, através de exercícios práticos sob a forma de suasoriae, com a finalidade de persuadir, ou de controvérsia, que eram discussões sobre teses contrárias defendidas por dois estudantes (NOBREGA, 1962, p. 234).

A definição feita por Nóbrega mostra que o ensino superior preparava o jovem para a eloquência e a atuação nos tribunais e na vida política. Dominar a oratória era importante para os jovens da elite, pois se acreditava que toda a vida pública dependia da arte de defender ideias e interesses por meio das palavras, motivos pelo qual, a arte da retórica era tão importante.

Para Giordani (2008) o orador, aquele que tinha o domínio da oratória ocupava-se dos valores profissionais e sociais na hierarquia, ele possuía uma posição mais elevada que a de seus companheiros de graus inferiores de ensino. Seus ensinamentos eram ministrados em salas especiais que foram postas à sua disposição pelo Estado. O orador visava, sobre tudo, transmitir um ensinamento formal, ou seja, ensinar as regras de oratória e a maneira como sutílizar-se das mesmas.

É significativo assinalar que os romanos que pretendiam entrar na política tinham que dominar a oratória, para atuar em reuniões, e na arte militar para se destacar no comando das tropas. Assim, nesse quadro de educação as mulheres não tinham considerações, por não poder participar na vida política nem no exército.

Vale ainda lembrar, que a conclusão do ensino formal não representava necessariamente o fim do processo educacional, ao contrário, os romanos cultos continuavam seus estudos por meio de extensas leituras e viagens, isso lhes proporcionavam o equivalente a um curso de pós-graduação.

#### 1.4 O LEGADO ROMANO PARA A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Roma contribuiu em todas as áreas para a nossa cultura, deixando importantes legados para toda a humanidade. A começar pela língua como o principal meio de comunicação entre os povos e que os romanos souberam usá-la muito bem como estratégia de poder e dominação.

O latim era o idioma oficial do Império Romano. Como toda e qualquer língua, compreendia uma modalidade clássica, falada, e, especialmente, escrita, pelas camadas sociais mais elevadas, bastante uniforme em função da influência estabilizante do ensino e da cultura, e uma modalidade mais destinada a camada

popular, com característica de uma forma mais despreocupada e espontânea, era o latim vulgar.

Deste latim falado, sem pretensões literárias e muito diferente da forma clássica, derivaram-se todas as línguas românicas ou neolatinas. Com auxílio dos pressupostos teóricos de Oliveira (1999), o quadro seguinte pode nos dar uma pequena noção, não só da origem de algumas palavras, como também do parentesco entre as línguas românicas:

Quadro 1 – Escrita das palavras

<b>Latim</b>		<b>Italiano</b>	<b>Francês</b>	<b>Espanhol</b>	<b>Português</b>
<b>Clássico   Vulgar</b>					
Ignis	Focus	Fuoco	Feu	Fuego	Fogo
Equis	Caballus	Cavallo	Cheval	Caballo	Cavalo
Os	Bucca	Bocca	Bouche	Boca	Boca
Magnus	grande	grande	grand	grande	grande

Fonte: Oliveira (1999, p. 3).

Evidente que se pode contestar que nosso léxico não desvaleu a forma clássica e que possuímos também ígneo, equestre, oral, magnitude.

De acordo com Oliveira (1999, p. 5):

Roma tinha a vocação inata de conquista e chegou a ocupar territórios em toda a Europa (inclusive Inglaterra), Norte da África e Ásia. Esses territórios eram invadidos por soldados que falavam o latim vulgar. Após a conquista, comerciantes e colonos romanos instalavam-se nessas regiões e intensificavam o intercâmbio linguístico com os povos recém-conquistados. O latim era imposto e aceito com relativa facilidade não só porque era uma língua mais evoluída que a dos povos vencidos, mas, sobretudo, por ser a língua dos vencedores.

Olavo Bilac, poeta parnasiano brasileiro, definiu o português como a “última flor do Lácio” numa referência à tardia consolidação dessa língua. Como todas as línguas neolatinas, o português originou-se do latim vulgar levado, por volta de 197 a.C., à península Ibérica pelos soldados romanos.

Nessa região, porém, já existiam povos que a habitavam. Entre os primeiros habitantes da Península, anteriores à conquista romana, o mais importante foi o povo ibero. Gregos, fenícios e cartagineses também ali se estabeleceram, fundando várias cidades. Por volta do século V a.C., um povo de origem germânica – os celtas – se estabeleceu na Península Ibérica. Fundindo-se celtas e iberos formaram uma raça única: a celtibera.

A partir de 197 a.C, a Península é anexada como província do Império Romano. O latim é imposto aos habitantes dessa região e aí tem início a longas histórias da língua portuguesa. A língua dos primeiros habitantes da região vai constituir o substrato peninsular em relação ao latim trazido pelos conquistadores.

Por volta de 409 d.C., a Península começa a ser invadida por diversos povos germânicos – suevos, vândalos e visigodos , estes os mais cultos e conhecedores da vida romana. Culturalmente inferiores, esses povos adotaram a língua dos conquistadores.

Ainda de acordo com Oliveira (1999, p. 7):

Em 711 d.C., a Península sofre nova invasão, desta vez dos árabes. O domínio árabe durou até o século XV e não foi pacífico. Os elementos orgânicos do século V e o árabe do século VII formaram o superstrato peninsular cujas influências limitam, na maioria dos casos, ao vocabulário. Até essa época, não existiam Portugal e Espanha com suas configurações geográficas atuais. Havia reinos e, dentre eles, a Galiza e parte de Portugal (atual) situada ao norte do rio Douro formavam um todo homogêneo. Essa região permaneceu unida até o reinado de Afonso VI. Só em 11139, com a batalha de Ourique é fundado a primeira dinastia portuguesa.

Dessa forma, todas as línguas modernas derivam do latim que deram origem às línguas românicas, da qual deriva a língua portuguesa. Mesmo após a queda do Império Romano, o latim continuou a ser utilizado no mundo, sobrevivendo por muitos séculos porque fazia parte da história, estava presente na vida das pessoas, na política, religião, cultura e ciência. O seu estudo continua sendo ofertado em universidades, fornecendo explicações para fenômenos às vezes inexplicáveis na língua portuguesa e ajudando a compreender a formação de outras línguas.

Isto se confirma quando pensamos a língua como fonte de contato que permite a comunicação entre os povos. E Roma, como foi detentora de um grande império, teve em si muitas conquistas, a aproximação de povos diferentes que instituíram misturas linguísticas, através do contato das diferentes culturas.

Ocorreram-se, assim, ao longo do tempo, transformações na continuidade da língua materna (latim), devido às necessidades de adequação dos que a praticam em diferentes níveis. Os falantes de cada época se viam motivados por diversos fatores como as condições históricas, sociais e culturais de um povo, que provocam mudanças nas necessidades destes, o que implica a fundação de outras línguas, o que podemos dizer como a derivação do latim enquanto sinônimo originador dessas transformações.

## 2 A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

### 2.1 PERCURSO HISTÓRICO

O percurso da Língua Portuguesa no Brasil, se deu, inicialmente, pela chegada dos portugueses nas terras de Vera Cruz. De acordo com Houaiss (1992), essa chegada foi permeada pelo encontro com os nativos indígenas que já possuíam sua própria diversidade linguística.

De acordo com Santana & Müller (2015, p. 03), esse fato mostra que:

[...] para fins de evangelização e dominação cultural a doutrinação e o ensino não poderiam ser desenvolvidos na língua do conquistador – português ou espanhol. Por isso, trataram logo de usar de seus conhecimentos em Latim para adaptarem uma linguagem que se constituiria na linguagem geral ao longo dos primeiros séculos de colonização brasileira. Dessa forma, os indígenas mantinham a sua língua para comunicação interna na comunidade e “aceitavam” a denominada língua geral para a comunicação com a comunidade externa.

De modo geral, as línguas eram de origem tupi, sendo utilizada por uma grande parte da população. Dentre elas, as mais importantes foram a Geral Paulista e a Geral Amazônica, que promoviam o maior contato entre os indígenas.

Isso porque, de acordo com Oliveira (1999), nos primeiros tempos de colonização, o tupi, conhecido pelos portugueses como língua geral, chegou a ultrapassar em difusão o próprio português. Muito simples foneticamente, sem conjugação nem declinação, o tupi foi utilizado pelos jesuítas na sua obra de catequese e pelos comerciantes nos seus negócios com os comerciantes.

Desse modo, os portugueses iam aos poucos se agregando aos índios, de modo que a língua usada era considerada informal, porém, a Língua Portuguesa era a língua oficial do Estado, empregada em atos e documentos oficiais relacionados à administração colonial.

De acordo com Couto (1996, p. 96):

Inicialmente, a língua geral servia como veículo de comunicação entre portugueses e nativos, tendo o tupi como base. Mas numa segunda etapa estendeu-se para a Amazônia, resultando na língua geral amazônica, conhecida como “nheengatu (<nheen = falar,

língua, + katu = bom) e existe até hoje, tanto como língua franca quanto como língua materna de alguns grupos.

A maior parte da população indígena da região que compreendia a Amazônia falava uma língua parecida com o tupi da população de São Vicente, era o tupinambá. A LGA que significava Língua Geral Amazônica foi os exploradores que a levaram para o interior da Amazônia, prevalecendo até o século XIX, como a língua dos colonizadores e dos brasileiros. Os povos indígenas que iam sendo conquistados pelo sistema colonial aprendiam de uma maneira forçada a LGA, usando-a como segunda ou como primeira língua. (RODRIGUES, 2016).

Nas palavras de Borges (2001, p. 14), “língua geral” diz-se de três acepções: a) “às línguas surgidas na América do Sul decorrentes dos contatos entre o grupo colonizador e o grupo indígena”; b) “em sentido mais específico, designa as línguas de base indígena desenvolvidas em São Paulo e na Amazônia”; c) “também se refere à gramatização dessas línguas denominadas gerais”.

De acordo com as colocações elencadas por Borges (2001), as definições arroladas tornam-se importantes à medida que amplia a definição do que vem a ser língua geral, não demarcando tão sério assunto a termos isolados e a acepções fechadas.

Teyssier (2007) considera que já num segundo momento, a história da língua portuguesa no Brasil é marcada pelo alavanque da imigração, via-se um número cada vez mais crescente de portugueses e de negros que vinham para povoar o país, tornando muito próxima e homogênea a relação entre o índio e português. Além dessas duas influências que se coligaram, havia também os Africanos que eram transportados da África para o Brasil para realizar trabalho escravo.

Vale salientar que os portugueses não chegavam de uma única região de Portugal, eles vinham de outras regiões portadoras de dialetos diferenciados. Esse fator adiciona mais cultura ao desenho estrutural plurilinguística da história da língua portuguesa no Brasil.

Nesse contexto, especialmente no século XVIII, tendo-se se passado mais de dois séculos de predominância, a língua geral caminha para o declínio. Autores como Teyssier (2007, p. 95) considera as principais razões desse declínio:

[...]a descoberta das minas de ouro e diamantes, que abriu caminhos para a chegada de imigrantes portugueses, as decisões do diretório



criado pelo marquês de Pombal, em 1758, obrigando, oficialmente, o uso da língua portuguesa, e por fim, a expulsão em 1759 dos jesuítas.

Alguns estudiosos, como Biderman (2002), questionam a tese que sustenta unicamente a imposição dos portugueses como algo totalmente negativo, especificamente, no que se refere à proibição da língua geral. Defendem que o português não foi imposto de forma violenta aos nativos das terras brasileiras, mas de forma que se deu através do seu prestígio e por importar uma civilização mais bem estruturada, avançando a limitação civilizatória dos aborígenes, haja vista que o português era uma língua mais ampla, no sentido de possuir um certo domínio em relação a comunicação com o resto do mundo.

Nas pesquisas de Silva Neto (1976), mais especificamente, na obra *Contato e Interação Linguística no Brasil Colônia*, encontramos um esquema que mostra o quadro sociolinguístico do Brasil Colônia:

Figura 1 – Esquema sociolinguístico do Brasil Colônia



Fonte: Silva Neto (1976, p 6).

[...] as sociedades assemelham pirâmides em que os grupos sociais estão dispostos uns acima dos outros. Cada grupo ou camada procura assimilar as particularidades da camada adjacente superior e evitar as de camada inferior. O cume da pirâmide é constituído pela classe mais elevada, ideal a que aspiram, grau por grau, os demais grupos sociais [...] uma das características da classe social é, precisamente, a linguagem. Ela até classifica os indivíduos. (SILVA NETO, 1976, p. 6).

Numa leitura interpretativa, pode-se verificar que os denominados oficiais e os colonos constituíam a camada superior, quem nascia em Portugal fixava-se numa camada acima dos que nasciam na colônia. Os mestiços de índios eram colocados num nível diferentes dos mulatos por causa da ascendência paterna e a proteção dispensada por Portugal ao promover os casamentos mistos entre europeus e indígenas. Os mulatos e, depois deles o mulato-índio e o mulato-negro. A base da pirâmide era constituída por escravos indígenas e, sobretudo, por escravos africanos. Essa base tendia de forma contínua, inclusive na linguagem, a trasladar a casta superior; já a casta do topo, não tendo nada acima de si, impedia a exumação de tudo o que era característico nas demais castas. (SILVA NETO, 1976, p. 75).

## 2.2 DO BRASIL INDEPENDENTE AO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O Brasil, ao passar por uma série de transformações políticas e sociais durante o período de colonização, em 1822 alcança independência. Começa-se um processo de revalorização das suas raízes. Um processo em que o Brasil:

Deixar-se-á influenciar pela cultura da França e acolherá também imigrantes europeus de nacionalidade diversa da portuguesa. Alemães e italianos chegam em grande número, principalmente italianos. Como o tráfico dos negros africanos cessou por volta de 1850, e como os índios se diluíram na grande mestiçagem brasileira, essas vindas maciças de imigrantes europeus (sobretudo durante o período de 1870-1950) têm contribuído para “branquear” o Brasil contemporâneo. (TEYSSIER, 2007, p. 35).

Duas décadas passadas foram suficientes para os novos habitantes passarem por um processo que os aculturam-se e se fundasse uma nova sociedade brasileira, na qual a língua começa a passar por um novo panorama fonético. Uma divisão geográfica é desenhada no país a partir de deslocamentos estratégicos, a exemplo do polo de desenvolvimento que é deslocado para o Centro-Sul. A partir daí, a urbanização e a industrialização inauguram um processo de transformação da aparência do país. Incurso a este fato está o crescimento demográfico e econômico, de modo que o Brasil passou de país predominantemente rural para um país

organizado. Hoje, pode-se considerar que este é o país transformado num “subcontinente”, como considera, “[...] onde zonas desenvolvidas de civilização urbana coexistem com regiões subdesenvolvidas.” (TEYSSIER, 2007, p. 64).

Infere-se a este a esse fato, a ideia de que é nas vastas megalópoles de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza (cidades que possuem mais de um milhão de habitantes) percorre atualmente o formato peculiar de português que é a língua do Brasil.

Os traços peculiares do português do Brasil parte de muitas teses, entre elas a mais debatida pelos linguistas, que se refere a região de origem dos primeiros colonos. Para tal tese é sustentado que “[...] a maior semelhança do “brasileiro” com o português meridional por uma predominância entre esses colonos de elementos originários do Sul de Portugal.” (TEYSSIER, 2007, 64).

Estudiosos mais específicos dessa questão, como Dietrich (1980), Neto (1963), Câmara Júnior (1977), entre outros, mostram que o movimento originário do povoamento europeu se deu a partir de todas as regiões de Portugal, isto é, uma junção de regiões. Isso incidiu na elaboração de um koiné elaborado pelos portugueses do Brasil, os quais buscaram eliminar todos os traços marcados dos falares portugueses do Norte e a generalização das maneiras não marcadas do Centro-Sul.

Tal fato explica porque há tanta diversidade geográfica no português do Brasil, isto é, muitos dialetos. Para tanto, estudiosos da língua tem tentado elaborar um mapa dos dialetos brasileiros. Sobre essa questão, Teyssier (2007, p. 64-65), explica:

Distinguem um Norte e um Sul, cuja fronteira se identificaria, grosso modo, com uma linha que, partindo da costa, seguisse da foz do rio Mucuri (extremo sul do Estado da Bahia) até à cidade de Mato Grosso, no Estado do mesmo nome, próximo à fronteira boliviana. A realidade, porém, é as divisões “dialetais” no Brasil são menos gráficas que socioculturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. A dialetologia brasileira será, assim, menos horizontal que vertical.

Partindo desse ponto de vista, o português brasileiro possui níveis variados de falantes: os falantes de uma língua mais culta; os falantes da língua vulgar das camadas urbanas gradativamente menos instruídas, e os falares regionais e

rurais.No entanto, os estudos sobre esses níveis da língua portuguesa ainda são limitados, e também pelo fato da realidade linguística de qualquer nação ser instável devido a sua condição de objeto social em constante transformação.

### 2.3 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Temos visto até aqui que a língua portuguesa teve um percurso longo na história que a possibilitou transformar-se gradualmente até chegar a sua fundação na trajetória escolar brasileira. Fato é que, no Brasil não tínhamos uma língua falada até o século XVIII. Como vimos também anteriormente, o português trazido pelos colonizadores portugueses, não era a língua dominante, com o português já coexistiam outras duas: a língua geral que recobria as línguas indígenas faladas no Brasil e o latim. Nesse sentido, invalidando a teoria de uma unidade na formação da língua portuguesa. O português não existia no currículo escolar, como se fosse apenas um instrumento para alfabetização nas chamadas escolas menores.

De acordo com Silva & Cyranka(2009), o ano de 1750 foi o ano em que o uso da Língua Portuguesa se tornou obrigatório no Brasil, através de reformas implantadas no ensino de Portugal e suas colônias. Além da valorização e inclusão do português na escola, proibindo o uso de outras línguas, assim como o uso da língua geral, desta forma tornava-se mais forte a língua em questão e reconhecida no currículo nacional. Após essa reforma instituída, além de ler e escrever em português passou-se a estudar a gramática portuguesa, tornando-se parte integrante do currículo.

O estudo da língua portuguesa fazia parte do currículo sob as formas de retórica, poética e gramática. Essas três disciplinas unificaram-se numa disciplina só que passou a se chamar Português, mas isso ocorreu somente no final do período imperial. O Português, enquanto disciplina curricular, até fins do século XIX manteve a gramática e a retórica como seus conteúdos de ensino e componentes curriculares. Essa abordagem sobre o ensino da língua mostra a tradição gramatical e retórica que era destinada a elite para qual era veiculada a escola brasileira. A tradição da gramática foi mantida e ao seu lado, da retórica e da poética, foi conservado pela disciplina até os anos 40 do século XX. Essa tradição foi mantida

devido à mesma clientela que se restringia aqueles pertencentes aos grupos da elite, correspondendo os interesses culturais.

Desta forma, a disciplina português continuou a estudar a gramática e a analisar textos de autores consagrados. Foram produzidas muitas gramáticas para o uso escolar nesse período. Os manuais da época apresentavam coletâneas de textos e bastante gramática, buscando preservar o “bom gosto literário” e o “purismo linguístico” dos letrados, como autores consagrados e modelos que para a época vigente, deveriam ser imitados. Cabia ao professor utilizar os textos dos manuais e propor questões e exercícios aos alunos a respeito dos estudos da língua.

A partir dos anos de 1950 modificações são inauguradas no conteúdo da disciplina de língua portuguesa, uma vez que também se começa a mudar o alunado das escolas, deixando de ser somente elite para abranger um número mais diversificado de alunos. Isso devido às reivindicações das camadas populares, que buscava a aquisição do direito a escolarização e democratização da escola. (FARACO, 2004).

Em 1970 as alterações se tornam mais relevantes no ensino de língua portuguesa. A língua passa a ser concebida como sistema, com objetivos pragmáticos e utilitários, tratando de desenvolver e aperfeiçoar os comportamentos do aluno como emissor e receptor de mensagens, através de códigos verbais e não verbais. Ou seja, já não se trata mais de estudo sobre a língua ou estudo da língua, mas de desenvolvimento do uso da língua.

Mas foi somente a partir da década de 80 que os estudos sobre as concepções de linguagem se intensificaram, visando nortear a prática pedagógica. O campo da linguística abrangeu o surgimento da sociolinguística, psicolinguística etc e começam a chegar na escola com o trabalho da língua materna, sendo fundamentais para a discussão sobre o rumo da disciplina. A escola ficou mais atenta quanto as diferenças entre as variedades faladas pelos alunos e a variedade de prestígio preconizada no ensino da língua.

Silva e Cyranka (2009), afirmam que a Sociolinguística trouxe uma postura diferente que foi exigida dos professores diante das diferenças dialetais e requeriam novos conteúdos e metodologia para a Língua Portuguesa. A influência da sociolinguística foi de grande importância para a criação dessa nova postura diante do estudo da língua. Desta forma, uma nova concepção de linguagem surgia, abordando a língua como forma de interação, exigindo assim, mudanças radicais no

processo de ensino, pois pressupõe um espaço aberto para a heterogeneidade da língua e a valorização do sujeito do discurso.

Assim, foi possível perceber novas perspectivas para o ensino da nossa língua materna, na intenção de que se integrasse na prática dos professores, uma concepção interativa da linguagem, de valorização do sujeito e da heterogeneidade linguística dos alunos das classes populares. O que se tornava indispensável da parte conveniente ao ensino de língua reformular alguns aspectos no ensino de Língua Portuguesa.

### 3 AS CONVENÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA NO LIVRO DIDÁTICO

O uso do livro didático em sala de aula é de suma importância para o desenvolvimento da educação brasileira, pois é um material de política pública e que instrumentaliza ensino e facilita a mediação do professor. É dever do professor direcionar de forma adequada o uso desse material, procurando sempre gerar discussões, dando ao aluno a condição de sujeito ativo na construção do conhecimento, com autonomia e liberdade para adentrar nos mais variados conteúdos e se posicionar como um sujeito que pensa para além do que absorve.

Dito isso partiremos para a análise do livro didático, mas antes é preciso partir da reflexão que coloca a linguagem no centro das atenções, no contexto de uma sociedade que descontextualiza o seu uso diante de seus usuários. Essa reflexão gera questionamentos variados, como a questão, indagamos se somente é considerada adequada a fala que se aprende na escola.

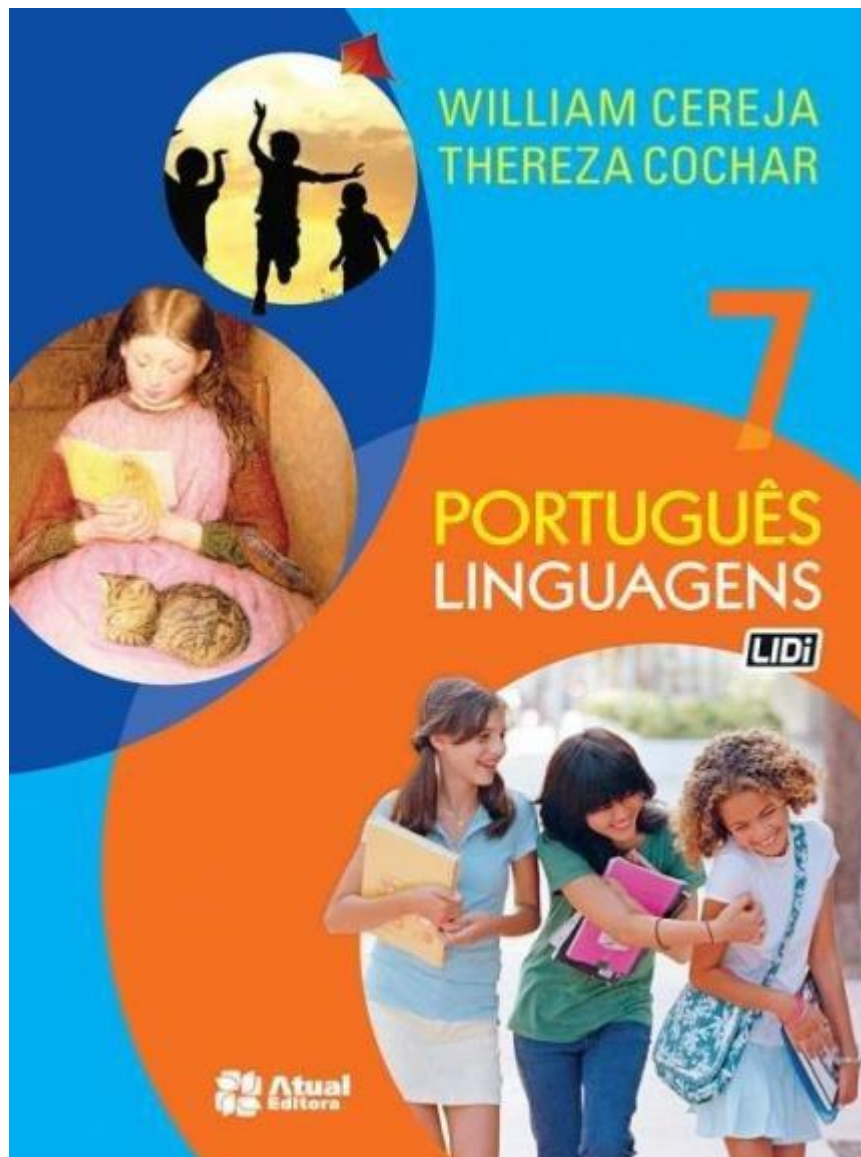
A este modo, estamos a todo o tempo nos deparando com situações que coloca a linguagem como um todo em contexto que descontextualizarão o emprego do seu uso, é como se na escola só se ensinasse a gramática normativa desconsiderando o meio no qual o falante da língua habita. Partindo dessas considerações, é sabido que há uma necessidade de compreender a evolução dos estudos que abordam a fonética e a fonologia a partir do livro didático de português.

Assim sendo, este capítulo é a culminância do que vimos referenciando ao longo dos outros capítulos, sobre a transformação da língua portuguesa ao longo da história. Nesta seção traçaremos como objetivo uma análise do Livro Didático “Português Linguagens” 7º ano do Ensino Fundamental, dos autores Willian Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, sendo o nosso objeto de estudo daqui para frente. Nesta análise iremos nos pautar nos aspectos fonético e fonológico que se discorrem.

O intuito de analisar tais aspectos se funda na necessidade de verificar se o referido livro faz o uso adequado destes pontos, partindo do ponto de vista da linguística. Também será examinado se as atividades referentes à essas áreas de estudo são condizentes com as necessidades de aprendizagem do aluno. Almeja-se, nesse sentido, colaborar com os estudos sobre a variação linguística e sua aplicação no ensino da língua.

Salienta-se ainda que o estudo da fonética está atrelado a fonologia, são indissociáveis para o entendimento e aprofundamento da língua, pois ambas estão inscritas no nosso uso cotidiano, além de se fazerem presentes na pronúncia, na escrita dessas palavras como pronunciamos e como as ouvimos, enfim. Uma série de fundamentos que elencam o discorrer deste capítulo.

Figura 2 – Capa do livro utilizada para análise



Fonte: Livro do 7º ano de Português Linguagens (CEREJA & COCHAR, 2014).

O livro possui quatro unidades temáticas, de modo que em cada unidade temática encontra-se a composição de quatro partes: três capítulos e uma parte final cujo título é nomeado de “Intervalo”. Em cada capítulo estão arroladas as seções



seguintes: “Estudo do texto”, “Produção de texto”, “Para escrever com expressividade”, “Para escrever com adequação”, “Para escrever com técnica”, “A língua em foco”, “De olho na escrita” e “Divirta-se”. As seções em que o título é iniciado com as expressões “Para escrever...” não se encontram e cada uma delas estão inseridas em todos os capítulos, tendo sua aparição não composta ordenadamente por todo o livro.

### 3.1 ASPECTOS RELEVANTES

O livro analisado apresenta poucas partes destinadas a estudo da fonética e fonologia. Numa primeira análise verifica-se que a forma como é abordado o conteúdo aproxima a fonética da fonologia, considerando que ambas não podem estar dissociada, é o que podemos ver na página 72, na atividade que se propõe, questão 3.

Verifica-se que há nessa mesma seção um tratamento dos assuntos ritmo (contido nos elementos supra-segmentais ou prosódicos). Há também a questão da alternância das sílabas átonas (denominadas fracas) e tônicas (denominadas fortes), dando destaque as sílabas tônicas que são estudadas no conteúdo de fonologia.

Nota-se que não foi feita uma introdução aos conceitos de fonética e fonologia, já iniciando com a leitura do poema e a proposta de atividade, seguidamente. Entende-se que a explanação conceitual dos segmentos da língua portuguesa fonética e fonologia, é indispensável, nesse sentido, pois permite ao aluno o prévio contato com os fundamentos teóricos dos objetos que ele irá trabalhar adiante, no caso em tela a leitura do poema e a atividade.

Muitas vezes o aluno nunca teve contato com esse conteúdo, então a tendência natural é que ele sinta soar estranho e mesmo que ele tenha conhecimento, mas precisa pelo menos saber do que está tratando a seção trabalhada pelo professor. É importante, seja para qual disciplina for, a introdução do conteúdo, no sentido de preparar o aluno para o que ele irá se aprofundar mais adiante com a técnica da leitura e resolução de atividades.

Na resolução da atividade, percebe-se que deixou-se um caminho muito fácil para o aluno responder. Na primeira estrofe do poema as sílabas forte já estão

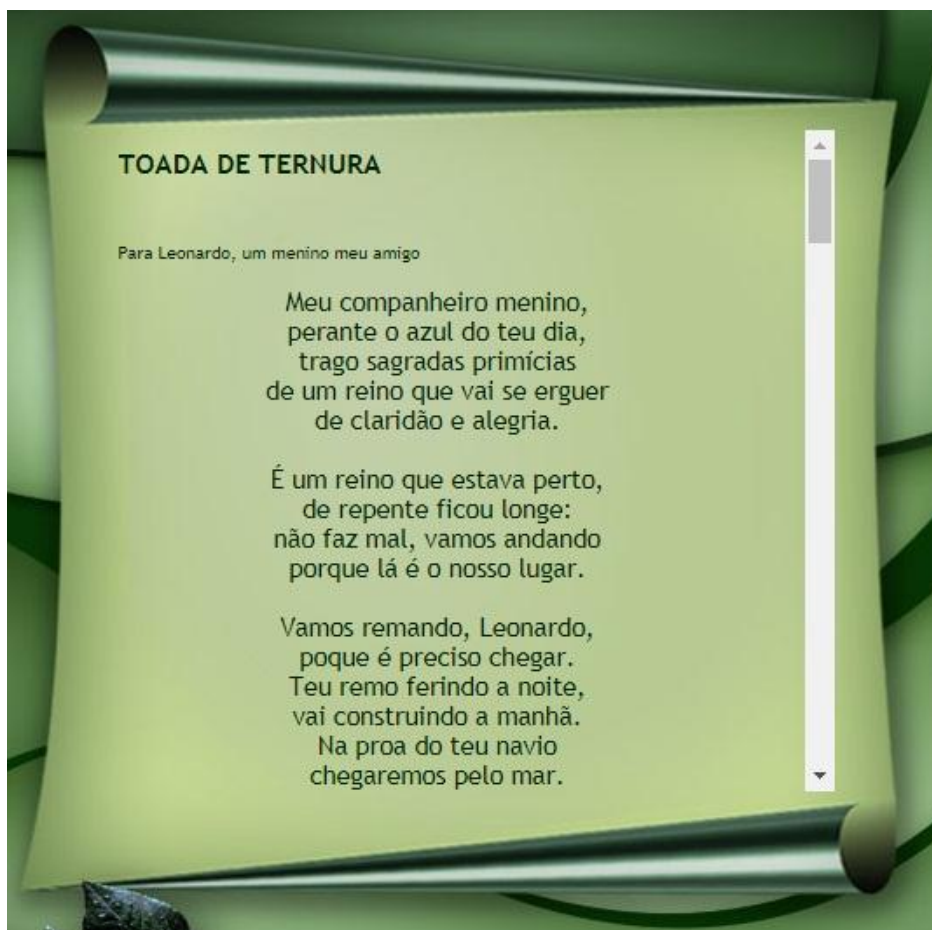
destacadas. Na mesma sequência pede ao aluno que escreva em seu caderno as outras estrofes e assinale as sílabas tônicas de cada verso.

Nesse caso, propomos uma leitura oral feita pelos professores e que os alunos possam acompanhar cada estrofe, também lendo. O próprio aluno deve identificar essas sílabas fortes. Porém, o aluno para fazer esse processo todo precisa já está entendendo o conceito de fonética e fonologia para que possa fazer a relação do que está fazendo com o que está entendendo. Só assim ele poderá ter um melhor rendimento em relação a atividade que se propõe.

Numa perspectiva ainda mais didática, o próprio livro poderia já pedir não apenas para escrever as estrofes, mas também declamar verso a verso, uma vez que a oralização facilitaria a identificação das sílabas mais fortes.

Na página 68, o poema “Toada de Ternura” (objeto para um atividade do livro) do autor Thiago de Melo, vamos identificando mais questões pontuais da abordagem do livro didática sobre o assunto em tela, mais precisamente da fonética.

Figura 3 – Poema “Toada de Ternura”



Fonte: Livro do 7º ano de Português Linguagens (CEREJA & COCHAR, 2014, p. 68).

Na página 72, na questão 3, o autor coloca: “Quando você canta uma melodia, certamente a canta num determinado ritmo”. Nessa questão, iremos verificar que a sílaba átona é fraca e sílaba tônica é forte; porém, não é explicado o porquê de tal ocorrência, deixando, assim, o sentido vago, e conceitos incompletos e descontextualizados. Fato é que não é explicado como acontecem essas mudanças, através dos segmentos fonética e fonologia da língua portuguesa. Seria importante, para tanto, a identificação das origens, as formações que se sucedem diante de tais fenômenos linguísticos da nossa língua, assim, seria mais fácil do aluno entender tais diferenças. Por isso, o emprego do conceito é importante.

Na página 73, na questão 6, o autor assim começa: “os poemas costumam apresentar palavras e expressões associadas aos sentidos: à visão, ao olfato, à audição, ao paladar, e ao tato” apreendemos com essa exposição o estudo do som articulado (fone) competência da área da fonética.

### 3.1.1 Discussão

Conforme o que foi apresentado durante a breve análise do livro, não foi possível se abranger mais detalhadamente sobre os aspectos da fonética e fonologia porque o material é limitado. No livro trabalhado há pouco desse campo da língua portuguesa e o que há é descontextualizado das disciplinas de fonética e fonologia; dificultando o aluno no que se refere o conhecimento de forma contextualizada da importância deste estudo, relacionando a origem, as mudanças ocorridas e que se processam no decorrer do tempo com a língua da qual somos usuários e utilizamos diariamente.

Fato é que há uma certa resistência nos alunos em aprender de forma sistemática os conceitos inerentes ao campo em questão. É, preciso nesse sentido ampliar as concepções linguísticas, contextualizar os conteúdos e torna-los mais atrativos, sem se pautar tanto em conceitos fechados da gramática descritiva. É preciso sim apresentar os conceitos dos campos que competem a nossa língua, mas que o professor possa fazer isso de forma contextualizada, real, de modo que o aluno entenda, por exemplo, que a fonética é um campo presente em nosso cotidiano, que utilizamos desse campo para falar, decodificar e formar palavras.

Além disso, torna-se imprescindível o estudo da língua em si, as variações que ocorrem de um lugar para outro, tentando sempre mostrar que isso acontece porque a língua é viva e possui vários mecanismos na fala. É preciso entender e deixar claro o sentido da língua para o uso da nossa fala, qual o sentido de tudo isso para a nossa vida em sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o aparecimento e evolução da língua portuguesa refletiram a inter-relação, a comunicação entre vários povos e mostraram o português como resultado de um processo que está longe de terminar.

Houve toda essa evolução porque o Homem é um ser social e, por tanto, tem necessidade de comunicar-se. Comunicação é (e sempre foi) a prática cotidiana das relações sociais. Do momento em que se levanta até a hora de adormecer, o homem emite e recebe uma série de mensagens, transmitidas através dos mais diferentes códigos. Essas mensagens falam sobre algo, referem-se a um contexto ou situação e, para sua transmissão, necessitam de um canal de comunicação.

A Língua Portuguesa ganhou abrangências ainda maiores, chegando a sua inserção no livro didático – principal instrumento para ajudar o professor na mediação do conhecimento. Neste trabalho, trabalhamos com o objeto de estudo livro didático de língua portuguesa do 7º ano, pontuando algumas seções cujas temáticas abordam os conteúdos de fonética e fonologia.

Nesta análise, foi possível compreender que a evolução histórica da língua emprega hoje novas possibilidades de abordagem, de compreensão e de uso, considerando muitos aspectos, particularidades, tais como regionalismo, o coloquialismo e padrões formais. O fonema não pode ser encarado apenas como a menor parte da palavra, há elementos muito mais abrangentes a se considerar nessa definição, por isso, é preciso que os autores dos livros didáticos de L.P, atentem para a questão da conceituação antecedendo o objeto que será trabalhado e que essa definição não seja tradicional, mas que envolva o real sentido da língua em uso.

## REFERÊNCIAS

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: PERCURSO HISTÓRICOLINGUÍSTICO. SANTANA, P.A; Müller, P.C.L. **Web revista Sociodialeto**, v 5, nº 15, maio 2015. Disponível em: <http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/20/12062015122015.pdf>. Acesso em:25/08/2017

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **A Formação e Consolidação da Norma lexical e Lexicográfica no Português do Brasil**. In: NUNES, José Horta e PETTER, Margarida. (Orgs). História do Saber Lexical e Constituição de um Léxico Brasileiro. São Paulo: Humanitas/FFLCH e Pontes, 2002.

BORGES, Luiz Carlos. **A Instituição de Línguas Gerais no Brasil**. In: ORLANDI, E. P. (Org) História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua nacional. Campinas, SP: Pontes, 2001.

CADEIRA, Esperança. **O essencial sobre a história do Português brasileiro**. **Coleção: o essencial**. Coordenação: Maria Helena Mira

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Tereza Cochar. **Português: Linguagens**, 7º ano. – 1ª Ed. Reform. – São Paulo: Atual, 2009

COUTO, Hildo Honório. **Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas**. Brasília: ed. Unb, 1996.

FARACO, Carlos Alberto. **História Sociopolítica da Língua Portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARACO, C. A. **Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós**. In: BAGNO, M. (Org.) Linguística da norma. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004

GIORDANI, Mário C. **História de Roma**. Ed. Vozes, 2008

GRANT, M. **História de Roma**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.

GRIMAL, Pierre. **A Vida em Roma na Antiguidade**. Lisboa: Ed.Europa-América, 1995.

HOUAISS, Antônio. **O Português no Brasil**. Rio de Janeiro, Revan, 1992.

OLIVEIRA, Ana Tereza Pinto de. **Minimanual compacto de redação e estilo**: teoria e prática. São Paulo: Rideel, 1999

RODRIGUES, AryonDall'igna. Sobre as Línguas Indígenas e sua Pesquisa no Brasil. **Revista Língua e Cultura**. São Paulo. Vol.57, Número 02, 2005.

ROSTOVTZEFF, M. **História de Roma**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SILVA NETO, Serafim da. **História da Língua Portuguesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

SILVA, Vanessa da Souza da; CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça. A língua portuguesa na escola ontem e hoje. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 271-287, 2009. Disponível em <<http://www.ufjf.br/fale/files/2010/06/A-l%C3%ADngua-Portuguesa-na-escola-LINHAS-CR%C3%8DTICAS.pdf>>. Acesso em: 24/08/2017.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007